



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELO DIREITO À TERRA NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG): RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS NO CAMPO BRASILEIRO

Ítalo Daniel de Oliveira Alves*¹, Anne Priscila Dias Gonzaga¹

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

E-mail: italo.alve@ufvjm.edu.br

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira expressa um modelo histórico de desigualdade e violência herdado do período colonial que se perpetua até os dias atuais. O colonialismo, tornou-se um eixo estruturante da dominação ideológica, sociocultural e político-econômica na constituição dos Estados nacionais, ao tempo em que sustentou o prevaecimento do racismo, da discriminação e do caráter subdesenvolvido e dependente dos países da América Latina. (Santos; Barbosa, 2022, p. 4). No Brasil se intensificaram diante das decisões tomadas no início da ditadura (1960 a 1970), pela modernização conservadora da agricultura, ancorada nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e a política de incentivos fiscais, em detrimento das propostas de reforma agrária apresentadas naquele período (Cosme, 2020, p.9). Nesse cenário, a concentração de renda e de terras é uma das principais causas que alimenta as desigualdades sociais e econômicas no país. Até hoje, repercutem no espaço agrário a partir de antigos e novos problemas, e continua sendo a viga de sustentação das relações de poder, bem como, da dinâmica do capitalismo rentista nessa formação territorial (Cosme, 2020, p.3). Observa-se também que nesse arcabouço de desigualdade é que surgem os movimentos e organizações, grandes responsáveis pela construção, muitas vezes sob pressão de políticas públicas e legislações no país (Amaral; Neiva, 2021, p.2).

No Brasil, a organização social de base rural, principalmente na segunda metade do século, foi alavancada por instituições como a Igreja Católica, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as associações comunitárias (Santos; Galizoni, 2021, p. 19). Ganharam força a partir dos anos 80, como forma de resistência a diversas imposições da Ditadura Militar, sofridas pelos grupos sociais que não comungavam com a vertente do autoritarismo e com as situações de exclusão e injustiças sociais instauradas (Amaral; Neiva, 2021, p.2-3). Elas passaram a promover debates políticos em torno do direito à permanência digna no meio rural. Ainda segundo Santos e Galizoni (2021, p. 19), a



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

marginalização, a perda de terras e de modos de vida foram temas que ganharam o debate dentro dos grupos que promoveram resistência, resiliência e luta para o reconhecimento e direitos. A classe trabalhadora do campo e da cidade juntou -se, então, aos sindicatos e movimentos sociais em busca de direitos básicos para a sobrevivência e trabalho (Amaral; Neiva, 2021, p. 3). Mais do que uma pauta individual, a luta pelo acesso à terra, se reivindica um direito coletivo para as famílias assentadas, as crianças, as mulheres, a juventude, as comunidades (Santos; Barbosa, 2022, p. 7).

Diante deste cenário, este trabalho tem como objetivo identificar os principais movimentos sociais atuantes no Vale do Jequitinhonha (MG), e analisar como esses movimentos contribuem para a permanência das populações camponesas, povos indígenas e quilombolas, diante dos impactos dos grandes empreendimentos vinculados à projetos de desenvolvimento, a exemplo das hidrelétricas, mineração, monocultivo de eucalipto etc., bem como pela ausência de políticas públicas adequadas na região.

METODOLOGIA

O delineamento utilizado para este trabalho é do tipo descritivo e explicativo, e busca analisar, descrever e explicar a organização e funcionamento dos movimentos no Vale do Jequitinhonha. A presente pesquisa, de cunho qualitativo, fundamentou-se em análises bibliográficas, documentais e audiovisuais com o objetivo de identificar os principais movimentos sociais atuantes na região nordeste mineira. Além disso, buscou analisar como essas organizações contribuem para a luta pelo direito à terra e pela permanência das populações camponesas, frente aos impactos de empreendimentos minerários, latifundiários e à ausência de políticas públicas adequadas.

O estudo baseou-se em artigos acadêmicos, documentários e relatórios relacionados ao tema, priorizando publicações recentes e relevantes que abordam a questão agrária, os movimentos sociais e as especificidades territoriais camponesas na região do Vale do Jequitinhonha. A utilização de métodos qualitativos em pesquisas sociais é bastante propícia para conferir rigor científico ao estudo. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e comparativa, buscando estabelecer relações entre os processos históricos de territorialização e as transformações recentes decorrentes da expansão minerária no Vale do Jequitinhonha. As informações levantadas foram organizadas e discutidas à luz do referencial teórico da Geografia Agrária, priorizando autores que tratam das dinâmicas de resistência camponesa e das contradições impostas pelo avanço do capital no campo. Assim, a metodologia adotada permitiu compreender de que maneira os movimentos sociais locais



articulam estratégias de enfrentamento e defesa dos territórios diante das novas formas de exploração e expropriação presentes na região. As reflexões deste texto têm por base também atividades de campo realizadas em unidades curriculares do curso de graduação em geografia – licenciatura da UFVJM, no período de 2023 a 2024

VALE DO JEQUITINHONHA: DESAFIOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

No Vale do Jequitinhonha, localizado na região nordeste de Minas Gerais este contexto não é diferente. Um território que inclui 59 municípios e representa 14% do tamanho do estado, , abriga cerca de 950 mil pessoas e é dividida em três microrregiões: Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha (Campos, 2023), apresenta uma histórica e intensa luta social contra a concentração de terras, tendo sido profundamente afetada por esse legado de desigualdade fundiária. A região também apresenta uma rica diversidade e variação vegetacional, que abrange elementos de três biomas (Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga). Constituída como uma mesorregião do IBGE, é integrada a ampla bacia hidrografia do Rio Jequitinhonha.

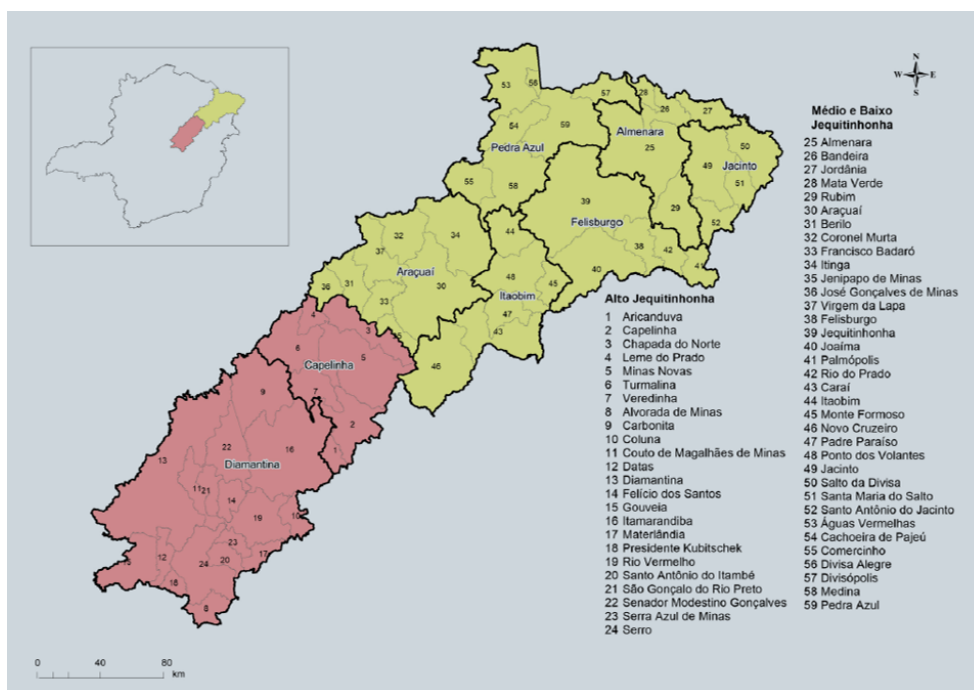


Figura 01: Mapa do Vale do Jequitinhonha localizado na região nordeste de Minas Gerais.

Fonte: <https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/o-vale/sobre-o-vale-do-jequitinhonha>



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Conhecido por suas riquezas culturais, que vão desde a produção secular de artesanato a sua culinária caipira, festas religiosas, músicas regionais e uma infinidade de outras manifestações dos povos tradicionais (Claudino, 2024, p. 43), vem sofrendo a longo de décadas com a instalação de grandes empreendimentos voltados à exportação de recursos, como monocultivos de eucalipto e mineração, acompanhados do abandono de políticas públicas consistentes, o que gerou grandes impactos ambientais, sociais e culturais. Esta questão fundiária se agrava ainda mais com a expulsão de famílias camponesas, que impulsionou a mobilização popular, com foco na exportação dos recursos extraídos, que traz sérios impactos a determinados grupos sociais especialmente pela desapropriação de terras das comunidades e dos camponeses (Sulzbacher; Fernandes; Almeida, 2021, p. 13).

Embora seja uma das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais, fato evidenciado pelo seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que gira em torno de 0,465, o território é marcado pela forte presença da agricultura familiar, a qual representa aproximadamente 50% da população economicamente ativa da região. Entretanto, o território é reiteradamente identificado nos estudos socioeconômicos como uma das áreas de maior vulnerabilidade social e econômica do estado e do país.

Como destaca Guimarães Pereira et al (2016): “esta região, na maioria das vezes, é retratada pelas imagens difundidas pela imprensa, quase sempre, voltada para a denúncia de suas mazelas, o que tem generalizado o Jequitinhonha como “vale da miséria”, “região problema”, “vale da pobreza”, “uma das regiões mais pobres do planeta”. Contudo, não se trata de deixar de reconhecer os graves problemas que atingem grande parte da população local, mas é preciso considerar que o Vale não é uma região homogênea e que a maioria dessas matérias da imprensa não considera tais diferenças”.

A região ficou conhecido como o “Vale da miséria”, e, recentemente, como o “Vale do Lítio”, essas são designações que comprovam o processo histórico de imposição do capital a partir das suas várias formas de violências explícitas no processo de expropriação do trabalho e apropriação do território (Campos, 2023). A história da agricultura familiar revela que esses atores sociais vêm conservando sua autonomia frente aos circuitos mercantis de insumos a partir da busca constante de alternativas ao seu principal fator limitante ao sistema produtivo: a baixa fertilidade do solo (Melo, 2022, p.138).

A população rural da região costuma ser caracterizada por suas formas particulares de organização social e pelas fortes relações com o meio natural. Entre o Alto e o Médio/Baixo Jequitinhonha pode-se observar uma efervescência de movimentos sociais e sindicais (Campos, 2023). Uma expressão disso é a prática da indústria doméstica rural – que promove um



aproveitamento da base de recursos locais, agregação de valor e conservação do solo e a mobilização por uma parte significativa das famílias agricultoras para a inclusão da apicultura (Melo, 2022, p.138). Entretanto, as iniciativas empresariais permanecem concentradas a contínua tentativa desapropriação da natureza como mercadoria no local, configurando na região uma estrutura social e econômica marcada pela concentração de terras, opressão à classe trabalhadora e aos povos originários e pela exploração predatória da natureza (Santos, 2024), principalmente nos últimos anos com a forte presença de jazidas de lítio presente no local o que levou a região a ser recentemente denominada “Vale do Lítio”.

Tomiato et al. (2023, p.2/3), destacam que, “o lítio do Vale do Jequitinhonha é alvo de disputas em âmbito internacional e sua exploração por multinacionais, como a Sigma Lithium, empresa sediada no Canadá, implica na internacionalização dos lucros. No entanto, os custos socioambientais – como o agravamento da escassez hídrica e crise climática causada pelas monoculturas de eucalipto, alteração da paisagem e dos modos de vida, especulação imobiliária e poluição sonora e atmosférica – são internalizados, afetando, em especial, os povos tradicionais, como os povos originários e de terreiros, comunidades quilombolas, tecelãs e artesãs do barro”.

Conforme observam Santos e Barbosa (2022, p. 15), a classe trabalhadora enfrenta os desígnios do projeto neoliberal vigente no campo brasileiro, que tem promovido o fechamento de escolas e a expulsão de famílias, em favor da concentração fundiária e do fortalecimento do agronegócio. Neste contexto a recente descoberta de grandes reservas de lítio na região tem provocado grande euforia no setor mineral-extrativo, impulsionando medidas tanto por parte do Estado brasileiro como também do setor empresarial para aproveitar a corrida pela transição. (Tomiato et al., 2023)

Segundo o site oficial do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “a mineração impacta negativamente na vida das pessoas que moram nos locais de exploração: muitas famílias são expulsas de suas terras, a população passa a conviver com muito barulho (poluição sonora), poluição do ar e das águas, causando graves danos à saúde, como é o caso de doenças respiratórias e elevação dos casos de câncer. Nas cidades em que há grandes mineradoras, o preço dos aluguéis e dos alimentos são mais altos que o comum, e os índices de violência, prostituição e casos de estupro são maiores comparados com cidades sem a presença desses empreendimentos”.

Essa dinâmica, embora pareça um fenômeno atual, não é recente, refletindo um processo histórico de exploração e desigualdade social que se perpetua desde o período colonial. Como resultado desse processo, consolidou-se a imagem atual do Vale do Jequitinhonha, difundida através da literatura e dos documentos oficiais do Estado, como uma região marcada pelo atraso regional e pela decadência (Tomiato et al., 2023). Essa concepção entra em contraste com a visão histórica do Vale como um ambiente de grande riqueza natural e cultural, cuja vitalidade foi gradualmente comprometida pelo avanço da exploração econômica capitalista.



ENTRE LUTAS E PERMANÊNCIAS: ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO VALE

A luta pela terra e pela permanência digna no campo no Vale do Jequitinhonha (MG), se estrutura em torno de uma ampla rede de organizações sociais que articulam resistência, valorização das identidades e produção sustentável. A partir das análises realizadas, evidenciou-se que se destacam organizações de atuação nacional como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Na região do Vale do Jequitinhonha, a partir das leituras e atividades de campo, destacaremos aqui quatro organizações, como: Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), a Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha (Coquivale), Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR). Além disso analisamos importantes documentários sobre a denúncia de tais empreendimentos, como também produções audiovisuais que destacam o cotidiano e tradições das famílias quilombolas e do campo da região.

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

No contexto da redemocratização brasileira as CEBs atuaram como um dos motores mais importantes da mobilização e conscientização, com destaque para as mulheres do campo. Segundo Schubert e Nielsson (2022, p.10), assim como as pastorais, funcionaram como uma mola propulsora para a organização das mulheres rurais no contexto de abertura política e redemocratização no Brasil. Desde o final da década de 1960, desempenham papel importante na mobilização popular e na formação das comunidades do Vale do Jequitinhonha. (DE PAULA SIMÃO et al., 2021). A criação de sindicatos desde a década de 1980 também configuram momentos-chave para a politização e organização da luta camponesa no território, afirmando não apenas o direito à terra, mas também à permanência digna, à produção sustentável e à valorização das identidades do sertão mineiro. No meio desse conjunto de mudanças observa que, o movimento contribuiu para a transição das mulheres de uma esfera privada familiar e doméstica (da religião) ao engajamento nos espaços públicos (âmbito político), ocupados, tradicionalmente, por homens (Schubert; Nielsson, 2022, p.11).



Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Um dos principais movimentos do país, chegou ao Vale em 1988 e atua com famílias camponesas na luta pela reforma agrária. A presença e atuação do MST no Vale do Jequitinhonha se entrelaçam com uma memória histórica rica e diversa, que envolve não apenas os trabalhadores rurais sem terra, mas também povos indígenas, comunidades quilombolas e grupos camponeses que lutam por justiça social e dignidade no campo (Santos, 2024)



Figura 01:UFVJM no Festival de 20 anos do MST — Assentamento Estrela do Norte, Montes Claros (MG). Fonte: Ítalo Alves (2023)

A participação no Festival de 20 anos do MST, realizado no Assentamento Estrela do Norte, em Montes Claros (MG), representou uma experiência significativa para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que envolvem o movimento. Observou-se que a atuação do MST, ao articular prática produtivas e formativas nos assentamentos, contribui para a permanência das famílias no campo e para a construção de novas formas de sociabilidade rural baseadas na solidariedade na agroecologia. Essa vivência, contribuiu para uma reflexão crítica acerca do papel do movimento social na consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.



Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)-

Com grande relevância na região, por defender os direitos das comunidades impactadas por barragens e grandes empreendimentos energéticos, dados obtidos em seu site oficial demonstra sua atuação expressiva no Vale. Com a descoberta de grandes jazidas de lítio, a região passou a despertar o interesse de grandes empresas e investidores do setor mineral. Esse processo intensificou os debates sobre os impactos socioambientais da mineração como também se tem observado uma reconfiguração econômica e territorial significativa. O MAB denuncia por exemplo, que a mineradora Sigma Lithium consome cerca de 42 mil litros de água por hora do rio Jequitinhonha e manifesta interesse em estudar e explorar a Área de Preservação Ambiental da Chapada do Lagoão, que é considerada a caixa d'água de Araçuaí, abrigando mais de 100 nascentes, e centenas de famílias. Outras empresas também, já se encontram com tramites avançados para a exploração do recurso na região.

Nos últimos anos, o MAB vem denunciando violações de direitos humanos e ambientais provocadas pela expansão de atividades minerárias na região, especialmente relacionadas à exploração do lítio, considerado o “minério do futuro”. Além disso, acompanha casos de grilagem de terras e avanço de monoculturas de eucalipto. O MAB então se afirma como um movimento social que luta pelos direitos humanos dos camponeses atingidos pela construção de barragens. Esse grupo acredita que a água e a energia não são mercadorias, visto que a água é uma necessidade de todos e, portanto, direito fundamental. (Amaral e Neiva, 2021).

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), é um movimento camponês de caráter nacional e popular, que atua na defesa da agricultura familiar e na valorização da cultura camponesa. Surgiu na década de 1990, impulsionado pela necessidade de representar politicamente os pequenos produtores rurais diante das políticas neoliberais e da crescente concentração fundiária. A partir de sua organização, o movimento passou a defender a soberania alimentar, a agroecologia e o direito à terra como elementos fundamentais para a reprodução social do campesinato (MPA, 2025). Segundo Veloso (2025), o MPA junto a outros movimentos defendem planos e programas que garantem segurança para a Agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha.

No contexto específico do Vale, há também experiências organizativas profundamente enraizadas no território, que se somam às lutas nacionais. Entre essas iniciativas, destacam-se

Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR)



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Presente em praticamente todos municípios, como Turmalina e Araçuaí, representam os direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos trabalhadores do campo, atuando como protagonistas históricos nas lutas pela reforma agrária e pela dignidade no meio rural. Segundo Amaral e Neiva (2021) os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) configuram um forte apoio consistente as mobilizações camponesas. No Nordeste mineiro, a organização sindical existe desde a década de 1950, e passou a contar com a FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais- organização que fortaleceu as lutas pelos direitos trabalhistas dos povos do campo em Minas, atuando nos limites do Estatuto da Terra (1964).



Figura 03-Feira Livre em Minas Novas, tradicional pela oferta de alimentos e artes produzidas na região. Fonte: Elton Jorge (2023)

Nesse sentido a feira livre é uma ótima oportunidade para correlacionar a prática social e econômica dos agricultores ao papel político do STR, que atua no fortalecimento da agricultura familiar. Durante a feira, é possível observar o protagonismo dos pequenos agricultores e artesãos, que mantêm vivas as tradições do campo ao mesmo tempo em que garantem o sustento de suas famílias por meio da comercialização direta de seus produtos. Esse tipo de prática reflete a valorização



da agricultura familiar e da economia solidária, pilares fundamentais da resistência camponesa no Vale do Jequitinhonha.

Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha (Coquivale),

Fundada em 2016, articula a luta das comunidades quilombolas pelo reconhecimento dos territórios tradicionais, pelo acesso a políticas públicas específicas e pelo fortalecimento da identidade negra rural da região. Segundo o site oficial do IFNMG, o dia 08 de fevereiro de 2024, foi um dia histórico para os povos e comunidades tradicionais de Minas, pois o governo federal anunciou a implantação de um novo campus do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) em Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha: O campus Quilombo. A proposta construída desde o início de 2023 de forma coletiva, é fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e da autonomia dos povos do campo. O instituto ainda destacou que “é uma reparação histórica para as comunidades quilombolas e para o Vale do Jequitinhonha, que por tantos anos sofreram e continuam sofrendo com exclusão, racismo e exploração”.



Figura 05- Participação no evento comemorativo dos 10 dias de criação do Campus Quilombo IFNMG, em Minas Novas (MG). Fonte: Ítalo Alves (2024)

No dia 26/10, foi realizado na comunidade Quilombo de Bem Posta em Minas Novas (MG), a apresentação do balanço dos 100 dias da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Além disso, foi apresentado o Centro de Formação em Educação Quilombola do Vale do Jequitinhonha, vinculado ao IFNMG-Campus



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Quilombo Minas Novas (que está em fase de implantação). Contemplaram importantes presenças, como o da ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, o coordenador-geral de do Ministério da Educação (MEC), Eduardo Araújo e a reitora do IFNMG, Rosária Ribeiro da Costa Rocha. O evento também foi direcionado a diversos públicos, em especial quilombolas, indígenas, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais, oportunidade na qual nos, da UFVJM marcamos presença. É importante ressaltar que PNEERQ, criada pela Portaria nº 470/2024, busca implementar ações e programas educacionais destinados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola.

Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR)

Segundo Santos Galizoni(2021), criada em 2006, nasceu de esforços e mobilizações de agricultores locais e, ao longo do tempo tornou se importante fonte de renda aos agricultores, como também soberania e segurança alimentar a população acarretando também um movimento de valorização deste espaço. Coordenado pelos próprios lavradores(as) e feirantes, a associação contitui um canal de interlocução com os programas de compra institucional em especial o PNAE, e com os órgãos gestores responsáveis pela aquisição de alimentos.

Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV)

A partir do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Turmalina, surgiu em 1994 o CAV, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar por meio de práticas sustentáveis e solidárias, em contraposição aos impactos da Revolução Verde (MELO, 2022).Hoje configura-se como uma das principais organizações de apoio aos movimentos sociais e às comunidades camponesas do Vale. De acordo com site oficial CAV (2024, s/p), recebeu este nome em homenagem ao camponês Vicente Nica (1932 a 1993), que liderava os camponeses frente a resistência a invasão de falsos fazendeiros, resistiu à ação dos grileiros e faleceu um ano antes da criação da entidade. Hoje o CAV funciona como uma associação sem fins lucrativos, gerida por agricultores(a) familiares que trabalham de forma voluntaria, sendo sua equipe técnica composta por profissionais.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Figura 02-Roda de conversa com mulheres artesãs da comunidade Campo Buriti, que sustentam suas famílias por meio do artesanato de argila. Fonte: Ítalo Alves e (2023)

Neste contexto, a roda de conversa com as artesãs da comunidade Campo Buriti, realizada em 2023, constitui um importante espaço de diálogo e aprendizado sobre as formas de resistência e organização das mulheres do campo. As participantes, que contribuem significativamente para a renda de suas famílias por meio do artesanato em argila, relataram suas trajetórias de vida, desafios e conquistas, evidenciando o papel do trabalho artesanal como expressão cultural, instrumento de autonomia econômica e fortalecimento comunitário. As obras de arte produzidas pelas artesãs, marcadas pela valorização da identidade regional e pela conexão com a natureza, são comercializadas tanto em feiras locais quanto por meio de plataformas online, alcançando compradores em diferentes partes do mundo. Além disso, destaca-se o protagonismo das mulheres na valorização dos saberes locais, defesa dos recursos naturais e resistência coletiva frente à preservação do território contra o avanço do monocultivo de eucalipto na região.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Figura 04-Roda de conversa com artesãos do Vale do Jequitinhonha, com participação de professor e alunos da UFVJM, 2023.Fonte: Ítalo Alves.

Em ocasião distinta, tivemos a oportunidade de conversar com uma família do meio rural, que compartilhou os processos de construção do artesanato em barro, destacando como essa prática tradicional é uma importante fonte de renda e expressão cultural. Durante o relato, a família mencionou que, mesmo mantendo viva a tradição e uma rica alimentação baseada em produtos locais, sua comunidade convive de perto com os impactos ambientais e sociais provocados pela expansão dos monocultivos de eucalipto. Essa vivência evidencia os contrastes do campo, onde práticas sustentáveis e saberes tradicionais resistem diante das pressões do agronegócio. É nesse cenário que o documentário *Por trás da cortina verde* (Ferrez; Plá, 2019), da Rede Parcerias, denuncia os impactos socioambientais dos monocultivos e da lógica de mercado que se apresenta sob o discurso de “desenvolvimento verde”, revelando os conflitos agrários e a violação de direitos das populações camponesas da região.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

DOCUMENTÁRIOS:

Com análises documentais audiovisuais, foram revelados dados significativos sobre os conflitos por terra na região, além de reforçar a importância da cultura e da organização comunitária no Vale do Jequitinhonha. O documentário *Exploração de lítio: os bônus e ônus do “novo ouro” de Minas Gerais* (O Tempo, 2025) evidencia os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, ampliando o debate sobre os desafios do desenvolvimento sustentável na região. Assim, essas produções audiovisuais cumprem um papel fundamental na construção de uma consciência crítica sobre os processos que afetam o território e na valorização das vozes e resistências das comunidades locais. Em contrapartida, produções como *Mulheres do Vale do Jequitinhonha transformam algodão em tecidos e música* (DW Brasil, 2021) e *Ceramistas do Vale do Jequitinhonha; rotas sustentáveis* (Mel na Estrada, 2023) exaltam o protagonismo das mulheres rurais na preservação de saberes ancestrais, como a fiação e a cerâmica, práticas que fortalecem vínculos comunitários, geram renda e reafirmam identidades. Já o documentário *Quilombos do Jequitinhonha: Música e Memória* (Terra do Sol, 2017) ressalta a presença histórica da população negra na região, expressa por meio da música, das tradições orais e da valorização das memórias quilombolas

Esses movimentos sociais presentes no sertão mineiro desempenham papel central não apenas na resistência, mas também na construção de alternativas socioprodutivas, na afirmação de identidades de diversos povos e famílias camponesas, e na defesa dos territórios frente à luta histórica pelo direito à terra e contra as desigualdades impostas no campo. Essas obras e experiências dão visibilidade a formas de vida que resistem à homogeneização cultural e econômica, demonstrando que a luta por território e dignidade também se faz por meio da cultura, da memória e da valorização dos modos de vida tradicionais do sertão mineiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela inclusão na perspectiva dos movimentos sociais do campo, se faz necessária para garantir os direitos adquiridos e adquirir outros que ainda estão como objetivos almejados para o fortalecimento do campo como espaço de reprodução material da vida (Santos; Barbosa, 2022, p. 16). No Vale do Jequitinhonha, região que compreende municípios mineiros e abriga ampla diversidade biológica e sociocultural, observa-se a coexistência de interesses conflitantes. De um lado, as



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

empresas monocultivo de eucalipto e mineração, que encaram o território como fonte de commodities e lucro; de outro, as comunidades locais, que o reconhecem como espaço de vida, memória e identidade, sendo diretamente afetadas pelos impactos materiais e simbólicos decorrentes da exploração mineral (Tomiatto et al., 2023).

A luta pelo direito à terra, promovida por diferentes organizações como o MST, MMC, MPA, MAB, STRs e Coquivale, desempenha um papel fundamental na resistência aos avanços dos grandes empreendimentos e à lógica de expropriação dos territórios. Nota-se que o fortalecimento dessas organizações, em articulação com entidades locais como, AFTUR, CMDRS e CEBs, é essencial para a promoção de políticas públicas efetivas e para o enfrentamento da atuação minerária e latifundiária na região. Assim, nessas duas primeiras décadas do século XXI e os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária. A burguesia latifundista continua respondendo com violência, perseguições, assassinatos de lideranças (Cosme, 2020p. 9).

Os movimentos sociais têm sido fundamentais para a permanência das populações camponesas e quilombolas, o fortalecimento da agricultura familiar e a valorização cultural. O reconhecimento dessas lutas e articulações demonstra que o campo é sobretudo um espaço de resistência, autonomia e construção de alternativas sustentáveis frente às desigualdades históricas impostas na região. Portanto, é importante ressaltar que é urgente que o Estado reconheça e fortaleça essas experiências organizativas na região, pois ela representa formas de resistência e construção sociais frentes as desigualdades históricas nesta região de Minas Gerais.

Palavras-chave: Movimentos sociais, resistência social, Populações camponesas, quilombolas, desigualdade fundiária, Vale do Jequitinhonha.

REFERÊNCIAS



AMARAL, Magda Matos Tanure do; NEIVA, Ricardo Jardim. Singavale existir e resistir no Jequitinhonha: trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí – Minas Gerais. 2021.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA (CAV). Quem foi Vicente Nica; Histórico; Missão e valores; Organização interna. Turmalina, 2024. Disponível em: <https://cavjequi.org/localizacao/municipios-atuacao>

CLAUDINO, Nagib Aouar. Trabalho e resistência: um olhar sobre a classe trabalhadora do Vale do Jequitinhonha a partir do Jornal Geraes. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2024.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. PEGADA – Revista da Geografia do Trabalho, v. 21, n. 1, p. 84–109, 2020.

DE PAULA SIMÃO, Erick José. Energia da água: comunidades rurais e sistemas de abastecimento na Chapada das Veredas, Alto Jequitinhonha. 2021. Dissertação (Mestrado) – UFMG/UNIMONTES. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/48788..>

DIÁLOGOS CULTURAIS. Mulheres empreendedoras no Vale do Jequitinhonha. 2023. 1 vídeo (52 min 44 s), son., color. Disponível em: https://youtu.be/oJRuycdM-QA?si=_SXHdZtXTrwK8Sev

DW BRASIL. Mulheres do Vale do Jequitinhonha transformam algodão em tecidos e música. 2021. 1 vídeo (2 min 53 s). Disponível em: <https://youtu.be/ChmwXNMMmQw?si=s-BX1BroQmGUtSnT>

FERREZ, Caio Silva; PLÁ, Paulo (Direção). Por trás da Cortina Verde. Brasil, 2019. 1 vídeo (29 min), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/jrcHp2QYuCI?si=mkC411P-m02U2YKp>.

GUIMARÃES PEREIRA, Viviane; MAGALHÃES RIBEIRO, Eduardo; ALMEIDA, Ana Flávia. A gestão territorial do Médio Jequitinhonha: entre dificuldades e possibilidades. Desenvolvimento em Questão, Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, v. 14, n. 35, p. 142-176, jul./set. 2016. ISSN 1678-4855

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MEL NA ESTRADA. As ceramistas do Vale do Jequitinhonha – Rotas Sustentáveis – Turmalina. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/KH5qZonXpgU?si=CVrfYl4pya-04WVJ>.

MELO, Ana Paula Gomes de. A reinvenção das tradições na agricultura familiar: produção de novidades e conhecimentos na trajetória da apicultura do Vale do Jequitinhonha. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2022.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Extração de lítio ameaça água e famílias da região do Vale do Jequitinhonha, em MG. 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/tag/vale-do-jequitinhonha/>.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). Lutas camponesas. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/lutas-camponesas/>.

NUNES, Wanderson da Silva. Programas públicos de abastecimento de água para a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha mineiro. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/73243>

NUNES, Wanderson da Silva; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; SANTOS, Samuel Pinheiro; GALIZONI, Flávia Maria. Estado e organizações sociais no abastecimento de água para a agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Anais do 62º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Sociologia Rural – SOBER, 2024. Disponível em: : <https://www.even3.com.br/anais/62-congresso-da-sober-397784/817186-estado-e-organizacoes-sociais-no-abastecimento-de-agua-para-a-agricultura-familiar-do-jequitinhonha-mineiro>.

O TEMPO. Exploração de lítio: os bônus e ônus do “novo ouro” de Minas Gerais. YouTube, 22 jun. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kNGCrdCzX8k>

SANTOS, Ana Jacqueline Sales; GALIZONI, Flávia Maria. Agricultura familiar e gestão do PNAE: estudo de caso em Turmalina, Vale do Jequitinhonha. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 16, n. 43, p. 421–443, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT164318>.

SANTOS, Arlete Ramos dos; BARBOSA, Lia Pinheiro. Movimentos sociais do campo, práxis política e inclusão em educação: perspectivas e avanços no Brasil contemporâneo. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 30, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.5974>

SANTOS, Maria José. O MST e as mulheres tecendo as resistências: a luta antirracista e o romper das cercas. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/295430>

SULZBACHER, Aline Weber; FERNANDES, Leandro Cesar; ALMEIDA, Clébson Souza. “Nas minas, a terra vale ouro”: questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). Revista NERA, n. 59, p. 393–417, 2021. Disponível em: : <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i59.8754>

TERRA DO SOL (Prod.). Quilombos do Vale do Jequitinhonha: música e memória. 2022. 1 vídeo (1h 23 min 15 s), son., color. Disponível em: <https://youtu.be/k-0qS5GPxiY?si=LIOWfo8hmgxVE3J2>.

TOMIATO, C. et al. A corrida pelo lítio: implicações sociais e ambientais da transição energética. São Paulo: USP, 2023. Disponível em: <https://sites.usp.br/oficinadedireitoambiental/wp-content/uploads/sites/232/2024/10/A-Corrida-pelo-Litio-Implicacoes-Sociais-e-Ambientais-na-Transicao-Energetica.pdf>.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG). Evento sobre educação quilombola em Minas Novas apresentará balanço sobre 100 dias de Política Nacional e Centro de Formação. Publicado em: 24 out. 2024. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-portal/671-portal-noticias-2024/35856-evento-sobre-educacao-quilombola-em-minas-novas-apresentara-balanco-sobre-100-dias-de-politica-nacional-e-centro-de-formacao>.

SCHUBERT, Fernanda Lavinia Birck; NIELSSON, Joice Graciele. Mulheres e Igreja Católica: uma (im)possível aproximação por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião, v. 7, n. 1, p. 123–137, 2021. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/genero/article/view/852>

VELOSO, D. A. O.; FONSECA, A. I. A. Usina Hidrelétrica de Irapé, reassentados e programas para a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. Journal of Education Science and Health, v. 5, n. 3, p. 1–10, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.52832/jesh.v5i3.601>



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS